

Região Metropolitana depende de coesão municipal

A13727

Cristina D'Ávila

Foto de Gildo Loyola



As premissas que norteiam a concretização da Região Metropolitana envolvem questões complexas como saneamento básico e despoluição

A institucionalização da região metropolitana da Grande Vitória, um sonho de quase 20 anos, pode se tornar uma questão secundária se o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) tiver êxito na iniciativa de reunir os cinco municípios em torno do planejamento dos problemas comuns à população do Estado, hoje em torno de um milhão de habitantes.

A lentidão com que as discussões em torno do tema se arrastam, aliada à ausência de ações concretas para minimizar o impacto de questões metropolitanas, como o transporte coletivo, o saneamento básico, a despoluição do meio ambiente, levaram o superintendente do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), Antônio Marcos de Carvalho Machado, a temer uma possível feudalização dos municípios diante da velocidade que vem marcando o desenvolvimento de cada um deles. Nessa nova estratégia, o Instituto optou por, inicialmente, isolar os cinco prefeitos dos debates.

O IJSN tem a certeza de que as ações concretas em torno do planejamento metropolitano estão este ano "completamente prejudicadas" por causa das

eleições. O dirigente do órgão técnico estadual admitiu que, ao não priorizar mais as questões de ordem legal e política acerca da formalização da região metropolitana, será mais fácil reunir os prefeitos em torno das questões que afligem o dia-a-dia da população.

Caos

"Isso acontecendo à estru-

Foto de Helô Sant'Ana

turação da região metropolitana seria uma mera decorrência, uma mera questão de fachada. A população hoje é penalizada pela falta de cooperativismo entre os municípios", avalia Marcos Machado, para em seguida fazer uma previsão preocupante: "Se dentro dos próximos quatro anos a solução dos problemas comuns não for plane-

jada, eles tendem a se tornar caóticos diante do crescimento desequilibrado da Grande Vitória".

Prova disso, ele citou três exemplos concretos. O primeiro deles foi a mudança da filosofia do projeto de transporte coletivo das linhas intermunicipais da Grande Vitória, o Transcol, baseado na tarifa única, e que,

a partir deste mês, passou a contar com a passagem diferenciada no Terminal de Laranjeiras na Serra.

Outra questão foi a ocupação da orla da Rodovia do Sol por favelas, afetando futuros projetos turísticos ligados à vocação de alguns municípios da Grande Vitória. Por último, citou os Planos Diretores. Caria-

cica encomentou um Plano Diretor Urbano ao IJSN — a proposta já foi entregue ao prefeito em 93 —; Serra contratou o órgão para fazer o mesmo este ano, enquanto Vitória se prepara para revisão de seu PDT, com 10 anos vigência.

Até o primeiro semestre deste ano, Marcos Machado pretende reunir o resultado dos debates sobre alguns temas metropolitanos a serem apreciados pela iniciativa privada, Ufes, sindicatos e representantes de comunidades. Somente posteriormente as questões serão encaminhadas aos prefeitos, já incluindo as alternativas técnicas para resolvê-las. Os temas que o Instituto priorizou foram: a ocupação do solo e seu reflexo nos custos dos transportes de passageiros; perspectivas econômicas do município da Serra (com vocação industrial); abastecimento de água e alimentar; mapeamento dos bairros; e o processo de ocupação irregular na Grande Vitória.

Alguns desses debates já foram iniciados com técnicos dos municípios, do Governo do Estado, da Ufes, com empresas concessionárias e empresários. O Instituto também quer mostrar o funcionamento das oito regiões metropolitanas existentes no país, discutindo seus erros e acertos.